

Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude



**Diagnóstico sobre o
trabalho infantil**

Passo a passo para elaboração

Outubro de 2017

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CRIANÇA E JUVENTUDE



GOVERNO DO ESTADO
Pernambuco
JUNTOS, FAZEMOS MAIS.

1. Apresentação

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CRIANÇA E JUVENTUDE



Este documento tem o objetivo de auxiliar os municípios para elaboração de um diagnóstico sobre o trabalho infantil. Trata-se de um modelo de diagnóstico sugerido pela Vigilância Socioassistencial PE, com um passo-a-passo para sua construção.

Para planejar e direcionar as ações de enfrentamento ao trabalho infantil é necessário conhecer a realidade do município, tanto em relação à população, como em relação ao território de vulnerabilidade, bem como sua rede de proteção na área de assistência social, saúde, educação e demais áreas.

Por fim, no decorrer e ao final desse documento serão indicadas as fontes de consulta que poderão embasar o estudo do diagnóstico, como por exemplo: Censo Demográfico e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), ambos do IBGE; fontes da Assistência Social como Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), Sistema de informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC), Registro Mensal de Atendimento (RMA), além de fontes que compõem outras políticas, como Conselho tutelar, Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN); Sistema PRESENÇA; SIPIA CT – Sistema de Informações para Infância e Adolescência.

2. Construção Participativa

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CRIANÇA E JUVENTUDE



A construção de um diagnóstico requer a participação de equipe multidisciplinar, no sentido de alinhar os conceitos e selecionar os aspectos a serem estudados.

Na composição dessa equipe destaca-se o papel relevante das equipes de Vigilância Socioassistencial, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Proteção Social Básica e Especial, Conselho Tutelar e CEDCA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como articulação de parceria com outras políticas públicas, como educação, saúde, entre outras, além de segmentos do terceiro setor cujo trabalho seja voltado para crianças e adolescentes.

Após formação da equipe é extremamente importante um estudo conceitual dos aspectos que irão compor direta ou indiretamente o diagnóstico. Conceitos de território, mapeamento, risco e vulnerabilidade são fundamentais para enriquecer e fortalecer o debate.

Por fim, mas não menos importante, considera-se positiva a contribuição de lideranças comunitárias, uma vez que estas são conhecedoras das dinâmicas locais dos seus territórios e são fundamentais para o entendimento de que a proteção às crianças e adolescentes é uma responsabilidade compartilhada entre a família, o governo e a comunidade.

3. Pontos a serem mapeados

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CRIANÇA E JUVENTUDE



Em síntese, no processo de diagnóstico é preciso olhar e entender o território; é olhar os espaços, buscando compreender o que revelam as fontes de dados. É ainda, visualizar o território identificando suas fragilidades e potencialidades, correlacionando com seus protagonistas.

Os dados secundários são importantes como ponto de partida, mas são os dados primários que se aproximam da realidade local.

No caso do diagnóstico do trabalho infantil, este deverá identificar aspectos demográficos, socioassistenciais, educacionais, econômicos e de saúde, os quais são fundamentais para compor o mapeamento do território, visto que tais elementos podem servir de apporte para o enfrentamento do trabalho infantil ou mesmo sinalizarem o ponto de partida que desencadeia o referido problema.



Aspectos Demográficos

Os dados referentes à população, mais especificamente o número de habitantes do município, bem como dos subgrupos populacionais por idade, por sexo, raça/cor, podem ser obtidas através do link:

Censo Demográfico - IBGE - <http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>



Aspectos Socioassistenciais

Os aspectos socioassistenciais referentes ao quantitativo de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, inseridas no PBF e BPC/BPC na escola podem ser obtidos através da Vigilância Socioassistencial ou coordenação do CadÚnico do município.

Outra forma de obtenção das informações por meio de acesso à internet:

Programa Bolsa Família e Cadastro Único - <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>
Programa Bolsa Família - MDS - <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>
Segurança Alimentar e Nutricional - <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>



Aspectos Educacionais

Os aspectos educacionais referem-se ao nível de escolaridade da população, bem como a situação atual sobre a frequência escolar. Esses dados podem fazer relação com sexo, idade e raça/cor e podem ser obtidos com a Secretaria de Educação do Município; ou através dos links:

Censo demográfico do IBGE - <http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>

Webdocumentário Fora da Escola - <http://www.foradaescolanaopode.org.br/mapa-da-exclusao-escolar-no-brasil#>

Ainda sobre a situação escolar, identificar as crianças e adolescentes que estão fora da escola e em que ano escolar deixaram de estudar. Tais dados podem ser obtidos no Cadastro Único.



Aspectos econômicos

Os aspectos econômicos em relação ao município podem ser obtidos através de várias fontes, tais como:

Censo demográfico do IBGE - link <http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>

Anuário Estatístico de Pernambuco – link <http://www.anuario.pe.gov.br/capa/atividades-economicas>

Base de Dados do Estado - link <http://www.bde.pe.gov.br/EstruturaçãoGeral/filtroCadernoEstatistico.aspx>

Portal Deepask – link <http://www.deepask.com.br/goes?page=Confira-a-taxa-de-trabalho-infantil-no-Brasil>

No que se refere ao aspecto econômico das famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, particularmente no que se refere à renda mensal per capita, as informações podem ser obtidas no CadÚnico.



Aspectos de Saúde

A partir dos aspectos relacionados à área de saúde será possível inferir sobre as condições de vida das crianças e adolescentes. Para as informações sobre doenças identificadas com mais frequência entre crianças e adolescentes, a principal fonte de consulta será a Secretaria Municipal de Saúde.

Em relação à taxa de mortalidade, a consulta poderá ser realizada no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) -> Acesso à informação -> TABNET -> Epidemiológicas e Morbidade, através do link <http://datasus.saude.gov.br/datasus>

Considerando que a unidade de análise para o diagnóstico será o trabalho infantil, o mapeamento deve revelar suas características no território, ou seja, a localização de maior incidência (feiras livres, semáforos, praias, carvoarias, lavouras, pedreiras, residências, barracas, bares, restaurantes, etc.) , as principais formas identificadas e o perfil das pessoas em situação de trabalho precoce (sexo, idade, raça/cor, escolaridade, etc).





É importante que as informações sobre o trabalho infantil sejam reveladas de forma quantitativa e qualitativa.

Os dados qualitativos são aqueles não mensuráveis; o sujeito e sua realidade são fatores indissociáveis.

O caráter exploratório dessa coleta de dados estimula a livre expressão da pessoa entrevistada; logo, as diversas respostas não são quantificadas, como acontece na pesquisa quantitativa.

Algumas possibilidades para coleta de dados qualitativos podem ser através do Serviço de Abordagem Social e/ou outras ações realizadas pelo município para identificar os casos de trabalho infantil no território e suas particularidades. Como estratégias estão as entrevistas semiestruturadas e os grupos focais.

- ❖ Exemplo de algumas indagações para entrevista semiestruturada ou grupo focal com responsável familiar:

Até que ponto a família entende o que é trabalho infantil?

Ratificam questões culturais, ideológicas ou necessidade financeira?



- ❖ Exemplo de algumas indagações para grupo focal com crianças e adolescentes:

O que mudou na sua vida depois que começou a trabalhar?

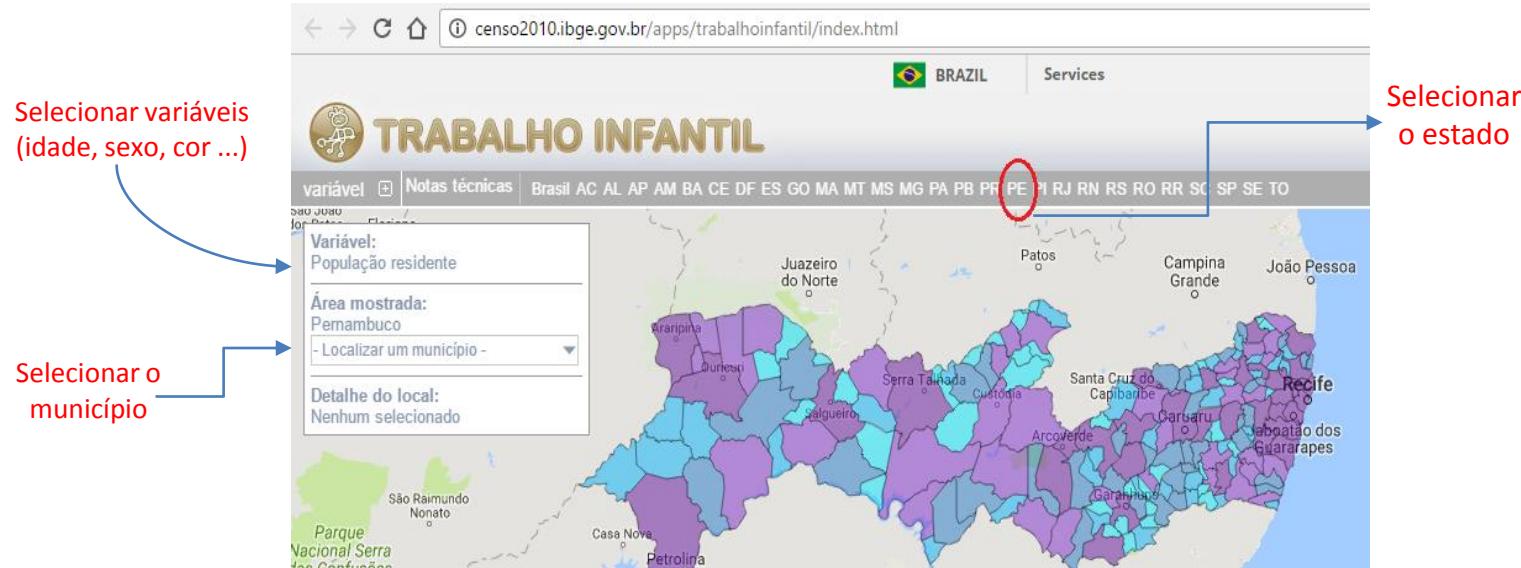
Me conte algo bom do seu trabalho.

Me conte algo ruim do seu trabalho.



Dados quantitativos sobre trabalho infantil podem ser obtidos do último Censo demográfico do IBGE (2010) e extraídos a partir dos seguintes links:

Censo Demográfico: <http://censo2010.ibge.gov.br/apps/trabalhoinfantil/index.html>
Portal Deepask – link <http://www.deepask.com.br/>





O Registro Mensal de Atendimento (RMA) é uma importante ferramenta informatizada que contribui para a qualificação das informações no âmbito do SUAS; através da qual é possível identificar informações e demandas dos equipamentos sociais além de planejar e desenvolver diagnósticos que refletem a realidade do território.

Dessa forma, para o diagnóstico de trabalho infantil, recomenda-se também a consulta dessa fonte de dados para coletar o quantitativo de famílias com crianças em situação de trabalho infantil acompanhadas pelos CRAS e CREAS. O acesso à base anual do RMA pode ser realizado através do link RMA - Bases Anual - <http://aplicacoes.mds.gov.br/snus/vigilancia/index2.php>



À gestão do PETI no município sugere-se que acompanhe, via marcação no CadÚnico, as famílias com presença de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, para que sejam encaminhadas ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Este serviço tem como ferramenta de gestão o Sistema de Informações do Serviço de Convivência (SISC) para o seu acompanhamento e monitoramento.

Recomenda-se o uso das informações registradas neste sistema afim de enriquecer o diagnóstico quanto ao número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, inseridas no SCFV.

Ressalta-se que, as famílias das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil devem ser acompanhadas pelas equipes de CRAS, no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e CREAS, no Serviço Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

SIMPETI



Outra importante ferramenta de informações que contribui para elaboração do diagnóstico de trabalho infantil é o Sistema de Monitoramento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – SIMPETI.

Trata-se de um sistema eletrônico que tem por objetivo acompanhar as atividades relacionadas às Ações Estratégicas do PETI (AEPETI) registradas pelos municípios, Estados e DF.

O acesso é feito pelo endereço do Sistema de Autenticação e Autorização (SAA) <http://aplicacoes.mds.gov.br/saa-web>.

Atenção!

O primeiro acesso é feito pela gestão municipal da Assistência Social com CPF e senha; em seguida, indicará a pessoa responsável pelo preenchimento do sistema.

Mapear a rede de proteção é a forma de identificar os equipamentos que possam contribuir para o desenvolvimento das crianças e adolescentes no que se refere à saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, entre outros.

As secretarias municipais de assistência social, da educação, cultura, esporte e da saúde são algumas das potenciais parceiras nesse processo de mapeamento da rede de proteção.

No mapeamento da rede de proteção é essencial identificar os equipamentos cuja atuação no território contemple entre o seu público, as crianças e adolescentes, ou que sejam capazes de articulação com a rede de proteção para possíveis encaminhamentos. É importante também sinalizar sua localização em relação aos territórios de maior risco e vulnerabilidade e ainda identificar o tipo de serviço que executam, bem como sua capacidade de atendimento.

TRANSPORTE ESCOLAR



Família e Escola



Conselho Tutelar



MINISTÉRIO
PÚBLICO DO
TRABALHO



Projetos Sociais

❖ Assistência Social

✓ Quantitativo de CRAS : 01

Endereço do CRAS – xxxxxxxxxxxx

Localização no território: está localizado na zona norte da capital, abrangendo os bairros A, B e C

Serviços ofertados – PAIF, SCFV*, PSB no domicílio para pessoas idosas e com deficiência

Capacidade de atendimento – 300 famílias

Coletar as mesmas informações para os demais equipamentos

✓ Quantitativo de CREAS:

✓ Quantitativo de Centros de Convivência ofertando o SCFV referenciado ao CRAS:

✓ Quantitativo de Unidades de Atendimento:

✓ Quantitativo de Centro Pop

*Quando o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos não for ofertado no espaço físico do CRAS é importante referenciar a entidade que oferta, lembrando sempre de informar endereço e o contato da pessoa que coordena o serviço.

❖ Instituição Privada

Nome: Instituto Esperança

Natureza da instituição: Organização Não Governamental, fundada no ano 2000.

Endereço / telefone / E-mail:xxxxxxxx

Localização no Território: Tem como território de abrangência três bairros da zona norte da capital, quais sejam: bairro A, bairro B e bairro C

Área de atuação: atua nas áreas da assistência social, lazer e esporte

Público atendido: atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social

Capacidade de atendimento: A capacidade de atendimento da instituição é de 40 pessoas. Diante da grande demanda, encontra-se com lista de reserva para inclusão de novos/as usuários.

Breve relato sobre o histórico de trabalho da instituição: desde sua fundação vem executando projetos sociais e culturais, financiados com recurso de entidades estrangeiras e em sua maioria por recurso público. Todos os projetos foram aprovados em seleção de concursos para projetos socioculturais. Atualmente executa o Projeto do Futuro em parceria com a prefeitura local. O projeto é voltado para crianças e adolescentes e se destina a atividades esportivas e de reforço escolar no contra turno das aulas.

Sumário para Diagnóstico do Trabalho Infantil

Passo a Passo para Diagnóstico de Trabalho Infantil

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CRIANÇA E JUVENTUDE



1. Apresentação
 2. Mapeando o território – Indicadores Sociais
 - 2.1 Aspectos Demográficos
 - 2.1.1 População total
 - 2.1.2 População por sexo
 - 2.1.3 População por idade
 - 2.1.4 População por raça/cor
 - 2.2 Aspectos Socioassistenciais
 - 2.2.1 População pobre e extremamente pobre
 - 2.2.2 População beneficiária do PBF
 - 2.2.3 População beneficiária do BPC
 - 2.2.4 População beneficiária do BPC na escola
 - 2.2.5 Famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar
 - 2.3 Aspectos Educacionais
 - 2.3.1 Nível de instrução
 - 2.3.2 Frequência escolar na rede regular de ensino
 - 2.4 Aspectos de Saúde
 - 2.4.1 Taxa de mortalidade infantil
 - 2.4.2 Principais causas de morbidade hospitalar entre crianças e adolescentes
 - 2.4.3 Doenças identificadas com maior prevalência entre crianças e adolescentes nas unidades básicas de saúde
 - 2.5 Aspectos econômicos
 - 2.5.1 Setores da economia local
 - 2.5.2 Pessoas economicamente ativas
 - 2.5.2.1 Idade
 - 2.5.2.2 Sexo
 - 2.5.2.3 Raça/cor
 3. Mapeando o território de vulnerabilidade social – Unidade de Análise (Trabalho Infantil)
 - 3.1 Número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil
 - 3.2 Perfil das pessoas em situação de trabalho infantil
 - 3.2.1.Idade
 - 3.2.2. Sexo
 - 3.2.3. Raça/cor
 - 3.2.4. Local de residência (urbana/rural)
 - 3.2.5. Situação escolar
 - 3.2.6. Composição familiar
 - 3.2.7. Renda per capita da família
 - 3.2.8. Acesso a programa, serviço, benefício social
 - 3.3 Principais formas de trabalho infantil identificadas no território
 - 3.4 Localização de maior incidência de trabalho infantil
 - 3.5 Informação quantitativa de famílias com crianças em situação de trabalho infantil acompanhadas pelos CRAS: _____ e CREAS: _____. Total:
 - 3.6 Informações de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil inseridas no SCFV
4. Mapeando a Rede de Proteção¹
 - 4.1 Assistência Social
 - 4.1.1 CRAS
 - 4.1.2 CREAS
 - 4.1.3 Centros de Convivência
 - 4.1.4 Unidades de Acolhimento
 - 4.1.5 Centro Pop
 - 4.2 Educação
 - 4.2.1.Educação Básica
 - 4.2.2. Ensino Fundamental
 - 4.2.3. Ensino Médio
 - 4.2.4. Ensino do sistema S²
 - 4.3 Saúde
 - 4.3.1. Unidade de Saúde da Família
 - 4.3.2. Unidade de Pronto Atendimento
 - 4.3.3. Hospitais
 - 4.3.4. Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)
 - 4.4 Sistema de Justiça
 - 4.4.1. Ministério Público do Trabalho
 - 4.4.2. Ministério Público de Pernambuco (MPPE)
 - 4.4.3. Conselho Tutelar
 - 4.4.4. Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente
 - 4.5 Instituições Privadas
 - 4.5.1. Organização Não Governamental
 - 4.5.2. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP
 - 4.5.3. Organizações religiosas
 - 4.5.4. Organização Social - OS

¹ Identificar os equipamentos cuja atuação no território contemple entre o seu público, as crianças e adolescentes, ou que sejam capazes de articulação com a rede de proteção para possíveis encaminhamentos.

² Senai, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP

- Censo Demográfico - IBGE - <http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>
- Programa Bolsa Família e Cadastro Único - <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>
- Programa Bolsa Família - MDS - <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>
- Segurança Alimentar e Nutricional - <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>
- Webdocumentário Fora da Escola - <http://www.foradaescolanaopode.org.br/mapa-da-exclusao-escolar-no-brasil#>
- Anuário Estatístico de Pernambuco – link <http://www.anuario.pe.gov.br/capa/atividades-economicas>
- Base de Dados do Estado - link <http://www.bde.pe.gov.br/EstruturaçãoGeral/filtroCadernoEstatístico.aspx>
- Portal Deepask – link <http://www.deepask.com.br/goes?page=Confira-a-taxa-de-trabalho-infantil-no-Brasil>
- RMA - Bases Anual - <http://aplicacoes.mds.gov.br/snus/vigilancia/index2.php>
- Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) <http://datasus.saude.gov.br/datasus>

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial. Brasília, s/d. 60 p.

_____. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Texto da Resolução Nº 109, de 11 de Novembro de 2009. Publicada no Diário Oficial da União em 25 de Novembro de 2009. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, 2009.

EXPEDIENTE

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CRIANÇA E JUVENTUDE



PRODUÇÃO

Secretaria Executiva de Assistência Social
Gerência de Avaliação e Gestão da Informação - GEAGI
Vigilância Socioassistencial

Joelson Rodrigues
Gerente de Avaliação e Gestão da Informação

Shirley de Lima Samico
Coordenação de Vigilância Socioassistencial

Katharyna Assunção
Coordenação Administrativa

Equipe Técnica
Fátima Maria Ferreira Barbosa
Francisco Eduardo Godoy
Juliana Cintia Lima e Silva
Simone de Souza Leite

CONTATOS

Secretaria Executiva de Assistência Social
Fone: (81) 3183-0731
E-mail: sedas@sdscj.pe.gov.br

Coordenação de Vigilância Socioassistencial
Fone: (81) 3183 - 0716
E-mail: vigilanciasocioassistencialpe@gmail.com

Gerência de Proteção de Média Complexidade
Fone(81) 3183-0738
E-mail: crea.sgpsemc@gmail.com

Coordenação do Programa de Erradicação do
Trabalho Infantil
E-mail: peti.gpsemc@gmail.com

SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Avenida Cruz Cabugá, nº 1211 - Santo Amaro - 4º e 5º Piso - Recife - PE - CEP: 50040-000